

## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.000024/2015-34

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇO para contratação, sob demanda, de EMPRESA ESPECIALIZADA para fornecimento e instalação de Arquivos Deslizantes de Baixa Densidade de Carga, com módulos de arquivamento/ armazenamento e componentes internos e confeccionados em chapa de aço reforçada, para o Escritório Central da ANCINE (RJ3), localizado à Rua Moraes e vale, 111, 2º andar – Lapa – Rio de Janeiro - RJ.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Face de arquivo deslizante em módulo simples – Face única	unidade	28 unidades
2	Face de arquivo deslizante em módulo duplo – Dupla face	unidade	154 unidades
3	Prateleira reforçada com capacidade para até 180Kg	unidade	1253 unidades
4	Gaveta corredeja para caixas de CDs e DVDs com trilhos telescópicos, dotadas de encaixe para divisores com no mínimo 3 divisores, altura entre 150mm e 250mm	unidade	40 unidades
5	Mesa de apoio dotada de trilhos telescópicos	unidade	32 unidades
6	Trava geral para fechamento do conjunto	unidade	5 unidades
7	Purificador de ar interno dos arquivos	unidade	27 unidades

### 1.2. Observações Importantes:

1.2.1. O Orçamento apresentado deverá prever, por empreitada global, todos os serviços de mão-de-obra e fornecimento de todos os materiais necessários.

1.2.2. Admite-se a subcontratação para o item purificador de ar.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A iniciativa irá propiciar o aumento da capacidade de armazenamento do Arquivo Central da ANCINE e compor as instalações em razão da readequação dos espaços físicos, com o intuito de manter a preservação do acervo documental e otimizar o uso dos espaços disponíveis.

### 3. OBJETIVO

3.1. Aumento da capacidade de armazenamento e otimizar o espaço físico existente para adequação espacial das áreas funcionais da Agência.

### 4. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

4.1. Fornecimento e instalação de arquivos deslizantes conforme especificações:

4.1.1. Arquivos Deslizantes com módulos de arquivamento/ armazenamento e componentes internos confeccionados em chapa de aço reforçada submetida a tratamento anti-ferruginoso. Acabamento de estrutura e componentes dos módulos em pintura eletrostática, na cor bege, tinta epóxi.

4.1.2. Os frisos, manípulos e base dos módulos deslizantes submetidos a tratamento anti-ferruginoso e pintura epóxi. Concepção do produto que permita desmontagem/ montagem por diversas vezes sem perda de qualidade. Instalação compatível com sistema deslizante sem uso de plataforma.

4.1.3. Regulagem dos componentes, intervalos de aprox.25 mm. Trilhos confeccionados com perfis de aço trefilado de alta resistência, garantia a não deformação ao longo do uso, evitando, portanto, o surgimento de trepidação e desnivelamento progressivo com dupla garra de segurança impeditivas de descarrilamento e tombamento dos corpos.

4.1.4. Mecanismo de tração comandado por manípulo rotativo e acionado através de engrenagens e correntes de aço, com rodas de aço maciço fixadas em eixos de aço, rolamentos blindados e auto-lubrificantes. Sistema de tração com dispositivos de redução de esforço (conforme a necessidade do sistema), proporcionando uma movimentação leve, sem ruídos e com alta resistência.

4.1.5. Módulos deslizantes dotados de trava de segurança individual para fixação do módulo que estiver sendo utilizado, fechamento de todo o conjunto por uma única tranca de alta segurança.

4.1.6. Barras duplas de segurança no rodapé, batentes amortecedores de borracha, e frisos verticais metálicos ou de neoprene para vedação entre os módulos e sistema anti-tombamento do módulo.

4.1.7. Todos os volantes do arquivo deslizante deverão estar providos de **Trava Individual** tipo borboleta ou similar, visando permitir o bloqueio do corredor de pesquisa em uso, evitando o seu fechamento indevido e acidentes aos usuários.

4.1.8. O conjunto de módulos que compõem sistema de arquivo deslizante deverá estar provido de uma **Trava Geral Mecânica**.

### 4.2. Composição dos Arquivos:

4.2.1. Arquivos com instalação compatível com sistema deslizante sem uso de plataforma. Barras duplas de segurança no rodapé, batentes amortecedores de borracha, e frisos verticais metálicos ou de neoprene para vedação entre os módulos e sistema anti-tombamento do módulo.

4.2.2. Trilhos corredeiros confeccionado com perfis de aço trefilado de alta resistência, garantia a não deformação ao longo do uso, evitando, portanto, o surgimento de trepidação e desnivelamento progressivo com dupla garra de segurança impeditivas de descarrilamento e tombamento dos corpos.

4.2.3. **Dimensões aproximadas dos módulos:** Os módulos poderão ter profundidade aproximada de 3,3m, alturas entre 2,10 e 2,50m e larguras aproximada de 0,44m, para os módulos terminais (simples) fixos ou deslizantes, e entre 0,75 e 0,88m para os módulos deslizantes intermediários (dupla-face).

4.3. **Laudos e Testes de Durabilidade e Resistência:** Todos os testes devem ser comprovados por laboratórios reconhecidos pelo INMETRO, a saber:

4.3.1. **Bases Deslizantes** deverão ser confeccionados em chapa de aço 1010 / 1020 e com características de resistência e durabilidade, conforme descrito a seguir:

4.3.1.1. Apresentar laudo de resistência à compressão estática, em base de arquivo de 1 (um) metro, demonstrando que após a aplicação de cargas mínimas de 8.000 kgf diretamente nos perfis frontais e traseiros (cabeceras), simulando a compressão das colunas estruturais, este componente não apresentou deformações que comprometessem o funcionamento.

4.3.1.2. Apresentar laudo de estabilidade demonstrando que os módulos simples e duplos, vazios e carregados com carga total mínima de 250 kgf por face, em módulos entre 2,10m e 2,50m de altura, testados nas larguras de 0,44m, 0,75m e 0,88m, percorreram uma distância mínima de 1,60m, a uma velocidade mínima de 0,20m/s e, ao se chocar com os terminais de final de curso, não ocorreu o tombamento do módulo sem, sequer, utilizar as garras emergenciais de segurança.

4.3.1.3. Apresentar laudo de durabilidade e funcionamento, comprovando que após 20.000 ciclos com carga mínima de 500 kgf, os sistemas de tração instalados em bases deslizantes não apresentaram qualquer defeito que impedisse o perfeito funcionamento.

4.3.2. **Movimentação dos Arquivos Deslizantes**

4.3.2.1. Apresentar laudo de esforço para movimentação (torque), demonstrando esforço inferior à 0,08 Kgf-m para movimentação de um módulo com carga líquida mínima de 1500 kgf.

4.3.2.2. Apresentar laudo de compressão estática sobre as rodas demonstrando que não apresentaram qualquer deformidade após aplicação de carga mínima de 20.000 kgf.

4.3.3. **Colunas da estrutura** deverão ser confeccionados em chapa de aço 1010 / 1020 com espessura mínima de 1,5mm.

4.3.3.1. As colunas a serem utilizadas nos arquivos, com comprimento mínimo de 2.100mm, deverão ser posicionadas horizontalmente e sustentadas pelas extremidades, sobre estas, deverá ser aplicada massa distribuída superior à 100 kgf, simulando a aplicação de força lateral, resultando em deflexão máxima com carga de 20 mm no ponto intermediário.

4.3.4. **Fechamento das faces** deverão ser confeccionados em chapa de aço 1010 / 1020 com espessura mínima de 0,9mm.

4.3.4.1. Os fechamentos superiores e inferiores deverão ser testados com a aplicação de carga estática mínima de 100 kgf distribuídas em sua superfície com deflexão máxima com carga de 10 mm e residual de 1mm.

4.3.5. **Gaveta corrediça** deverão ser confeccionados em chapa de aço 1010 / 1020 com espessura mínima de 1,2mm.

4.3.5.1. Apresentar laudo de durabilidade e funcionamento das corrediças telescópicas, comprovando que após 80.000 ciclos com abertura e fechamento completos com carga mínima de 140 kgf não apresentaram problemas que impedissem o perfeito funcionamento.

4.3.6. **Mesas de apoio** deverão ser confeccionados em chapa de aço 1010 / 1020 com espessura mínima de 0,9mm.

4.3.6.1. Apresentar laudo de capacidade de resistência à compressão de uma mesa corrediça de apoio nas posições totalmente aberta e totalmente fechada, comprovando que a amostra não sofreu qualquer dano que impedisse o perfeito funcionamento após a aplicação de uma carga mínima de 150kgf

4.3.6.2. Apresentar laudo de durabilidade e funcionamento das corrediças telescópicas, comprovando que após 80.000 ciclos com abertura e fechamento completos com carga mínima de 140 kgf não apresentaram problemas que impedissem o perfeito.

4.3.7. **Purificador de ar**

4.3.7.1. Apresentar teste de vazão do equipamento de purificação do ar comprovando um fluxo forçado de ar mínimo de 25 L/min.

4.3.7.2. Apresentar laudo de eficiência do equipamento de purificação do ar comprovando que, em um período inferior a 3 dias, um único aparelho conseguiu reduzir em mais de 90% a quantidade de fungos e em mais de 50% a quantidade de bactérias.

4.3.8. **Acessórios**

4.3.8.1. Prateleiras confeccionadas em chapa de aço 1010 / 1020, com características de resistência e durabilidade para uma carga mínima aplicada de 180 Kgf distribuídas sobre a superfície, com flexão máxima de 5mm com carga e residual máxima de 1mm;

4.3.9. **Pintura das Chapas Metálicas**

4.3.9.1. As chapas metálicas pintadas deverão apresentar uma resistência em conformidade com o estabelecido pelas normas NBR 8095/2015 e NBR 11003/90;

4.3.9.2. Apresentar laudo de medição de espessura da camada de tinta, conforme estabelecida pela Norma NBR 10443, comprovando espessura média acima de 120µm e desvio padrão máximo de 5% (cinco por cento).

4.3.9.3. Apresentar laudo de medição de aderência da tinta, conforme estabelecida pela Norma NBR 11003, comprovando que não houve destacamento nos eixos Xo e Yo.

4.3.9.4. Apresentar laudo de medição da flexibilidade da tinta conforme estabelecida pela Norma NBR 10545, comprovando que não houve destacamento da tinta após o dobramento da chapa sobre um mandril cônico.

4.3.9.5. Apresentar laudo de medição da corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, conforme NBR 8096, comprovando que após 03 ciclos de exposição ao dióxido de enxofre não apresentou corrosão.

4.3.9.6. Apresentar laudo de medição da exposição em câmara úmida, conforme NBR 8095, comprovando que não houve corrosão após um período de no mínimo 1600horas de exposição à atmosfera úmida saturada.

4.3.9.7. Apresentar laudo de medição da exposição à névoa salina, conforme NBR 8094, comprovando que não houve corrosão após um período de no mínimo 1600horas de exposição à névoa salina.

4.3.10. **Processo de zincagem**

4.3.10.1. Apresentar laudo de medição da exposição em câmara úmida, conforme NBR 8095, comprovando que não houve corrosão vermelha após um período de no mínimo 800horas de exposição à atmosfera úmida saturada.

4.3.10.2. Apresentar laudo de medição da exposição à névoa salina, conforme NBR 8094, comprovando que não houve corrosão vermelha após um período de no mínimo 800horas de exposição à névoa salina.

4.3.11. **Observação importante:** Todos os laudos descritos no item 4.3 devem ser comprovados por laboratórios reconhecidos pelo INMETRO.

## **5. DO PRAZO DE ENTREGA & DA GARANTIA DOS MATERIAIS**

5.1. A contratada deverá efetuar a entrega e instalação dos materiais em até 75 dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho.

5.2. A contratada deverá apresentar garantia dos materiais e serviços de instalação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

## **6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa STLI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa STLI/MPOG nº1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços tais como:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- b) Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

6.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

## **7. DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO MATERIAL**

7.1. O material/serviço será recebido no Escritório Central da ANCINE, localizado à Rua Moraes e Vale, 111, Lapa – Rio de Janeiro - RJ.

7.2. O material/serviço deverá ser entregue em suas embalagens originais e na quantidade total estabelecida para o fornecimento.

7.3. O material/serviço recebido será objeto de inspeção pela ANCINE, e consistirá nas seguintes fases:

- a) ACEITE PROVISÓRIO no ato do recebimento;
- b) Comprovação de que o produto/serviço atende às especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência e apresentadas na proposta comercial da Contratada;
- c) Verificação do funcionamento do material/serviço fornecido, e demais testes pertinentes para aferição da qualidade;
- d) ACEITE DEFINITIVO após a verificação do quantitativo e da qualidade de material.

## **8. DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.1. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.4.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.4.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.4. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.4.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

8.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

## 11. DAS SANÇÕES

- 11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
  - 11.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 11.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 11.1.3 Fraudar na execução do contrato;
  - 11.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 11.1.5 Cometer fraude fiscal;
  - 11.1.6 Não manter a proposta.
- 11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - 11.2.2. multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias;
  - 11.2.3. multa compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
    - 11.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 11.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 11.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **13. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA**

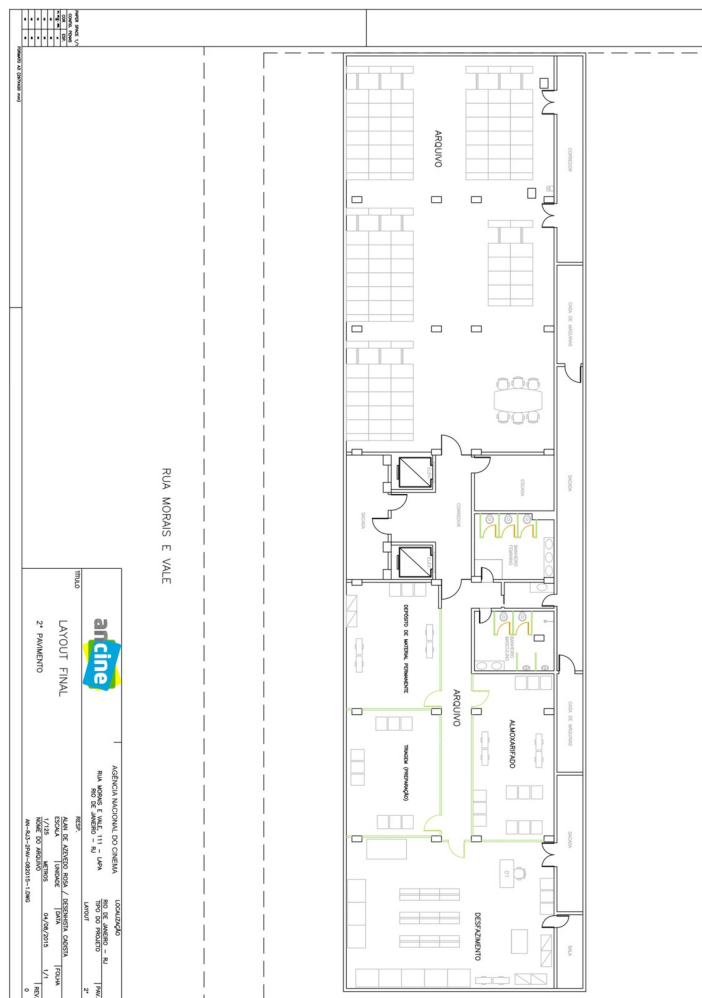
**ANEXO IA** – layout do local de instalação dos arquivos;

## **14. DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

14.11. Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor abaixo assinado em complementação as qualificações técnicas e exigências de laudos e atestados (SEI 0016290) estabelecidos pela área demandante – Coordenadoria de Documentação e Acervo – no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis sendo objeto de exame e, no caso de concordância, aprovação pela Secretaria de Gestão Interna da ANCINE.

## **ANEXO I**

### **LAYOUT DO LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS ARQUIVOS**



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia De Abreu, Coordenador(a)**, em 03/11/2016, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Altoé De Angeli, Coordenador(a)**, em 07/11/2016, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0224727** e o código CRC **BBE89A5C**.